

# Loures

## MUNICIPAL

BOLETIM DE DELIBERAÇÕES E DESPACHOS

Edição Especial n.º 21  
25 de outubro de 2019

### SUMÁRIO



#### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pág. 5



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOURES



**Loures** MUNICIPAL

BOLETIM DE DELIBERAÇÕES E DESPACHOS

**DIRETOR: Presidente da Câmara Municipal de Loures,  
Dr. Bernardino José Torrão Soares**

**PERIODICIDADE:** Quinzenal

**PROPRIEDADE:** Município de Loures

**EDIÇÃO ELETRÓNICA**

**DEPÓSITO LEGAL** n.º 148950/00

**ISSN** 1646-7027

**COORDENAÇÃO, ELABORAÇÃO, LAYOUT E PAGINAÇÃO**

**GABINETE LOURES MUNICIPAL**



conforme  
**NOVO ACORDO  
ORTOGRÁFICO**

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2011**  
Diário da República, 1.ª série, n.º 17, de 25 de janeiro de 2011

Toda a correspondência relativa a  
**LOURES MUNICIPAL**  
deve ser dirigida a

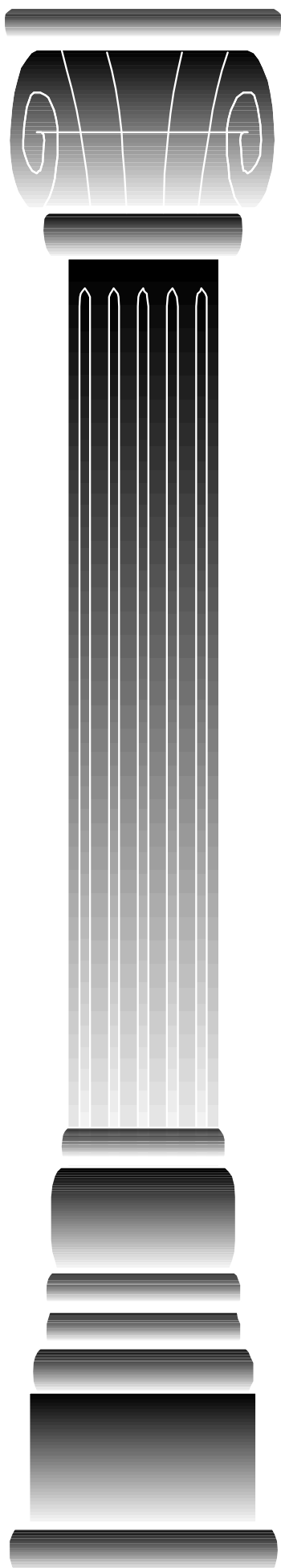
**CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES**

**LOURES MUNICIPAL**  
**BOLETIM DE DELIBERAÇÕES E DESPACHOS**

**RUA MANUEL AUGUSTO PACHECO, 6 - 4º**  
**2674 - 501 LOURES**

**TELEFONE: 21 115 15 82 FAX: 21 115 17 89**

**<http://www.cm-loures.pt>**  
**e-mail: [loures.municipal@cm-loures.pt](mailto:loures.municipal@cm-loures.pt)**



# ÍNDICE

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**  
**11.ª Sessão Extraordinária**

**Pág.**

**5**



## DELIBERAÇÕES

### 11.ª Sessão Extraordinária, realizada em 24 de outubro de 2019

#### JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS

Bruno Miguel de Oliveira Nunes, eleito pelo PPM - Partido Popular Monárquico, justificou a ausência à 10.ª Sessão Extraordinária, realizada em 17 de outubro de 2019, e à 11.ª Sessão Extraordinária, realizada em 24 de outubro de 2019.

#### SUBSTITUIÇÃO DE REPRESENTANTES

Carlos Miguel Dias Moreira, eleito pelo PS - Partido Socialista, por Maria João Ferreira Pinto.

Artur Manuel Moreira Lopes, eleito pela CDU - Coligação Democrática Unitária, por Ana Cristina Jacinto da Silva Capitão Tiago Raquel.

Francisco Joaquim Lourenço Pereira, eleito pela CDU - Coligação Democrática Unitária, por Lúdia Maria da Silva Graça Mateus.

Maria de Fátima Amaral, eleita pela CDU - Coligação Democrática Unitária, por Elisa Pinto Canelas Boaventura.

Paulo Luís Ferreira Mendes dos Santos, eleito pelo PPD/PSD - Partido Social Democrata, por Catarina Alexandra Soares Lopes.

Pedro Henrique Godinho Barreira Castanheira Lopes, eleito pelo PPD/PSD - Partido Social Democrata, por José Manuel da Veiga Testos.

Carlos Luís da Costa Gonçalves, eleito pelo BE - Bloco de Esquerda, por Rita Lage Sarrico.

Glória Maria Trindade, Presidente da Junta da União das Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas, pelo substituto legal João Valente Breia.

Orlanda Maria Oliveira Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Loures, pela substituta legal Elisa Maria Rodrigues dos Santos Pinéu.

Nelson César Gonçalves Batista, Presidente da Junta de Freguesia de Lousa, pelo substituto legal Lino Manuel Gomes Franco.

Ricardo Jorge Monteiro Lima, Presidente da Junta da União das Freguesias de Moscavide e Portela, pelo substituto legal Ricardo Alexandre da Silva Bastos.

#### APROVAÇÃO DE ATA

Projeto de Ata da 2.ª Reunião da 1.ª Sessão Ordinária de Assembleia Municipal, realizada em 7 de março de 2019 (Ata n.º 30).

*(Aprovado por unanimidade)*

#### ADMISSÃO DE DOCUMENTOS

Foram apresentados à Mesa da Assembleia Municipal 7 documentos, abaixo listados.

Voto de Pesar pelo falecimento de Diogo Freitas do Amaral - apresentado pela Representante do CDS-PP - Partido Popular.

*(Admitido por unanimidade)*

Recomendação - Pela gestão e confeção local pública de refeições escolares - apresentada pela Representante do BE - Bloco de Esquerda.

*(Admitida por unanimidade)*

Moção - Para a criação de um Grupo de Trabalho para a Implementação do Orçamento Participativo - apresentada pela Representante do BE - Bloco de Esquerda.

**(Admitida por unanimidade)**

Recomendação - Por uma melhor mobilidade das pessoas com deficiência visual - apresentada pela Representante do CDS-PP Partido Popular.

**(Admitida por unanimidade)**

Moção - Pela deslocação definitiva dos contentores de mercadorias da frente ribeirinha de Loures - apresentada pelo Grupo de Representantes da CDU - Coligação Democrática Unitária.

**(Admitida por unanimidade)**

Moção - Pela requalificação infraestrutural e do serviço na linha da Azambuja - apresentada pelo Grupo de Representantes da CDU - Coligação Democrática Unitária.

**(Admitida por unanimidade)**

Saudação - Festa dos Vinho e das Vindimas - apresentada pelo Grupo de Representantes da CDU - Coligação Democrática Unitária.

**(Não admitida, por maioria, com os votos contra do Grupo de Representantes do PS - Partido Socialista, do Grupo de Representantes do PPD/PSD - Partido Social Democrata e do Representante do PAN - Pessoas-Animais-Natureza, a abstenção da Representante do CDS-PP Partido Popular e os votos a favor do Grupo de Representantes da CDU - Coligação Democrática Unitária e da Representante do BE - Bloco de Esquerda, por exceder o número de documentos, por força partidária, acordado em Conferência de Representantes)**

## VOTO DE PESAR

Voto de Pesar, pelo falecimento de Diogo Pinto de Freitas do Amaral, apresentado pela Representante do CDS-PP Partido Popular.

### Voto de pesar por Diogo Freitas do Amaral

Diogo Pinto de Freitas do Amaral nasceu na Póvoa de Varzim em 21 de junho de 1941.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no ano de 1963, foi um notável académico especializado em Direito Administrativo. Em 1984 chegou a professor catedrático e cumpriu cinco mandatos como presidente do Conselho Científico da Faculdade de Direito de Lisboa.

Porém, o seu reconhecimento público advém principalmente da atividade política que iniciou no pós 25 de Abril de 1974 quando, num ato de grande coragem, fundou o CDS - Centro Democrático Social, um partido de centro direita, que visava representar esta corrente política num ambiente maioritariamente esquerdizante, dando a Portugal um regime verdadeiramente plural. É, também, por isso, considerado um dos fundadores da democracia portuguesa.

Foi o primeiro presidente do CDS, de 1974 a 1982, e de novo de 1988 a 1991.

Ao serviço do CDS foi eleito deputado da Constituinte de 1975 travando um combate contra a aprovação de uma Constituição ideológica e socialista. Foi deputado entre 1976 e 1983 e entre 1991 e 1993.

Foi Conselheiro de Estado de 1974 a 1975.

Fez parte do VI Governo constitucional na qualidade de Vice-primeiro Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros, tendo assumido a função de Primeiro-ministro interino após a morte de Francisco Sá Carneiro.

Integrou o VIII Governo constitucional com as funções de Vice-primeiro Ministro e Ministro da Defesa Nacional.

Em 1986 foi o candidato do CDS e do PSD para Presidente da República tendo perdido tangencialmente, na segunda volta, para o candidato Mário Soares.

Em 1992 afasta-se definitivamente do partido que fundara.

Em 2005, após a vitória eleitoral do Partido Socialista, integra, como independente, o XVII Governo Constitucional, na qualidade de Ministro dos Negócios Estrangeiros.

A sua extensa carreira política teve também relevo internacional: de 1981 a 1983 foi Presidente da União Europeia das Democracias Cristãs e foi Presidente da Assembleia Geral da ONU no biênio de 1995/96.

Freitas do Amaral foi também um escritor multifacetado, com mais de 50 livros em áreas distintas como o Direito, Ciência Política, biografia, história, romance e teatro.

Foi agraciado com várias condecorações e distinções nacionais e estrangeiras, entre as quais se destacam a Grã-Cruz da Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo de Portugal (1983); Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique de Portugal (1994) e a Grã-Cruz da Antiga, Nobilíssima e Esclarecida Ordem Militar de Sant'Iago da Espada, do Mérito Científico, Literário e Artístico de Portugal (2003).

Morre a 3 de outubro de 2019, com 78 anos.

Assim, a Assembleia Municipal de Loures, reunida a 24 de outubro de 2019, presta homenagem a Diogo Freitas do Amaral, guarda um minuto de silêncio em sua memória e endereça à sua família as mais sentidas condolências.

Loures, 24 de outubro de 2019

(a) *Lizette Braga do Carmo*

Deputada Municipal do CDS

***(Aprovado por maioria, com as abstenções do Grupo de Representantes da CDU - Coligação Democrática Unitária e os votos a favor dos demais Representantes, sendo cumprido um minuto de silêncio em memória do falecido)***

## RECOMENDAÇÃO

Recomendação apresentada pela Representante do BE - Bloco de Esquerda.

### **Pela gestão e confeção local pública de refeições escolares**

A política de concessão dos refeitórios escolares à iniciativa privada tem-se revelado uma opção errada. Não só a qualidade da alimentação fornecida aos estudantes baixou de forma dramática, como o controlo sobre a quantidade e a qualidade dos alimentos se revelou muito difícil de concretizar de forma continuada.

Os protestos dos estudantes, das associações de pais e das famílias em geral são recorrentes, com publicitação de situações envolvendo quantidades diminutas de alimentos nas refeições e alimentos em mau estado.

Casos há em que as refeições são confeccionadas com vários dias de antecedência, o que levanta sérias dúvidas quanto ao seu estado de salubridade, sendo distribuídas apenas duas ou três vezes por semana.

Além disso, são acondicionadas em recipientes de plástico, o que é assumidamente uma má prática em termos de preservação do meio ambiente e proteção do planeta.

É necessário pôr termo a este processo de privatização do serviço de refeições nas escolas públicas, revertendo para a gestão pública todas as outras, com mecanismos e prazos bem definidos.

Aos trabalhadores das empresas concessionárias a operar nas cozinhas e refeitórios das escolas públicas devem ser facultados mecanismos que tornem possível a sua transição para o domínio do emprego público, de forma a evitar ruturas nos serviços das escolas.

Assim, considerando que:

- As cantinas escolares são um fator importante na alimentação das crianças em idade escolar, pois os hábitos alimentares e a qualidade dos alimentos têm uma estreita relação com a sua saúde, o crescimento e desenvolvimento físico e intelectual.

- A opção política, levada a cabo ao longo de anos, pela concessão das cantinas das escolas, de vários níveis de ensino, a empresas privadas ocasionou, como é do conhecimento público, uma degradação da qualidade e da quantidade das refeições servidas nas escolas públicas.
- Importa, pois, refletir sobre a urgência de acabar com os contratos com empresas deste importante serviço, tendo em conta, por um lado, os seus reflexos no crescimento e na saúde das crianças e, por outro, as situações de precariedade, de baixos salários e a ausência de direitos dos trabalhadores, de muitas empresas contratadas.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Loures, reunida na 11.ª Sessão Extraordinária, de 24 de outubro de 2019, delibera recomendar à Câmara Municipal de Loures:

1. Que os contratos de concessão dos serviços de refeições das escolas públicas sob a tutela da autarquia a empresas de restauração coletiva cessem no final dos respetivos prazos, sendo denunciados dentro dos prazos legais assim que estiver assegurada uma alternativa de gestão pública.
2. Que nas escolas apetrechadas com cantinas e refeitórios, a gestão e confeção local das refeições seja pública, a partir do ano letivo 2020/21, assumida pela Câmara Municipal de Loures, através da contratação de pessoal.
3. Que a Câmara Municipal de Loures proceda à modernização e apetrechamento das cozinhas existentes nas escolas do 1.º ciclo do ensino básico equipadas com cantinas e refeitórios.
4. O reforço da fiscalização da qualidade alimentar das refeições escolares, nos jardins de infância e nas escolas do 1.º ciclo do ensino básico em Loures, criando, para o efeito, uma equipa multidisciplinar que possa avaliar, de forma contínua e com conhecimento, a qualidade e quantidade das refeições servidas.
5. Propor o reforço do envolvimento da comunidade escolar no que respeita ao acompanhamento das ementas, refeições e promoção de novos hábitos alimentares.

A presente recomendação a ser aprovada deverá ser remetida às seguintes entidades:

- Presidente da República
- Primeiro-Ministro
- Ministério da Educação
- Grupos Parlamentares da Assembleia da República
- Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares
- Câmara Municipal de Loures
- Juntas de Freguesia do concelho de Loures
- Assembleias de Freguesia do concelho de Loures
- Escolas básicas e jardins de infância do concelho de Loures
- Agrupamentos de escolas do concelho de Loures
- Associações de Pais de todas as escolas do concelho de Loures
- Associações de Estudantes de todas as escolas do concelho de Loures
- Comunicação social local e nacional

A eleita do Bloco de Esquerda  
na Assembleia Municipal de Loures

Loures, 24 de outubro de 2019

(a) Rita Sarrico

***(Aprovada por maioria, com o voto a favor da Representante do BE - Bloco de Esquerda e as abstenções dos demais Representantes)***

## MOÇÃO

Moção apresentada pela Representante do BE - Bloco de Esquerda.

**Para a criação de um Grupo de Trabalho  
para a Implementação  
do Orçamento Participativo**

***(Retirada pela proponente, vindo a ser alvo de alterações e a apresentar em próxima Sessão de Assembleia Municipal)***



## RECOMENDAÇÃO

Recomendação apresentada pela Representante do CDS-PP Partido Popular.

### **Por uma melhor mobilidade das pessoas com deficiência visual**

O CDS Loures reuniu-se com a ACAPO - Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal, onde procurou inteirar-se das necessidades sentidas pelos deficientes visuais no âmbito das acessibilidades em cenário urbano, e em especial no concelho de Loures.

A reunião contou com a presença do presidente da Associação, Dr. Tomé Coelho, e foram ainda ouvidas duas munícipes de Loures, D. Margarida Pinto e D. Isabel Coelho.

De acordo com a associação existem em Portugal cerca de 25.000 cegos dos quais cerca de 500 residem no município de Loures, estes números, com base nos censos de 2011, carecem de atualização, estimando-se que atualmente sejam muito superiores.

Apesar de haver uma evolução no que à acessibilidade diz respeito, os portadores de deficiência visual registam alguns desafios que tornam a sua vida mais difícil e leva a que muitos se refugiem na segurança dos seus lares, ficando cada vez mais isolados e abandonados.

De entre os grandes desafios que têm de superar no dia-a-dia realçam os seguintes em relação ao Concelho de Loures:

- Nem todos os semáforos têm aviso sonoro, assim como o botão para acionar a presença da pessoa com deficiência.
- Junto às paragens e em muitos passeios existem pilaretes de cimento cuja finalidade em grande parte das situações é impercetível. Apenas dificultam a vida às pessoas, que por exemplo, têm de sair do autocarro e as portas deste não estão alinhadas com o intervalo existente entre pilaretes (na maior parte das situações um intervalo pequeno).
- Os edifícios públicos deveriam estar melhor identificados, com, por exemplo, tapetes táteis junto às entradas.
- Nos centros de saúde e entidades públicas, deveria existir sistema de senhas com indicação falada.

- No centro de Loures, na estrada principal, as ruas que vão dar à estrada não têm degrau que delimite o passeio (o piso é todo igual) fazendo com que as pessoas com deficiência visual não se apercebam do que é o passeio e do que é estrada.
- Deveria ser dada mais atenção ao estacionamento de carros nos passeios.
- Sinalização de obra é por vezes feita de maneira deficiente, deveria existir uma barreira com pelo menos 1 metro de altura e tapada de forma ser detetável pela bengala.
- Nem todos os autocarros têm sistema de identificação por voz e por vezes os que têm estão desligados.
- Nas paragens de autocarro não existe indicação de rota em Braille.

Com o objetivo de melhorar as condições de mobilidade dos munícipes de Loures com deficiência visual, o CDS-PP, propõe que a Assembleia Municipal de Loures, na sua Sessão Extraordinária de 24 de outubro de 2019, delibere recomendar à Câmara Municipal de Loures que:

1. Proceda a um levantamento do número efetivo de Deficientes visuais no Concelho de Loures.
2. Proceda a um levantamento das condições de mobilidade com base nas situações acima apresentadas e promova da melhor forma possível a remoção das barreiras à mobilidade de pessoas com deficiência visual, atuando onde tem poderes para tal e, onde não lhe compete atuar, promover junto das entidades responsáveis a resolução dos problemas.

Dar conhecimento da presente deliberação à ACAPO - Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal e à Comissão Especializada do Território, Mobilidade, Urbanismo, Habitação e Turismo, da Assembleia Municipal.

Loures, 24 de outubro de 2019

A Deputada Municipal do CDS-PP

(a) *Lizette Braga do Carmo*

**(Aprovada por unanimidade)**



## MOÇÃO

Moção apresentada pelo Grupo de Representantes da CDU - Coligação Democrática Unitária.

### **Pela deslocação definitiva dos contentores de mercadorias da frente ribeirinha de Loures**

Durante décadas, sob protesto das populações e das autarquias locais, a frente ribeirinha do Tejo, em Loures, sofreu um processo de degradação pela instalação e crescimento da atividade logística pesada. Esta situação tem constituído um ónus para território e para a sua qualidade ambiental, pela descaraterização paisagística, pela sobrecarga de tráfego rodoviário, pelo travão ao desenvolvimento de projetos públicos e privados qualificadores.

As recentes notícias sobre a cessação de atividade de parte da operação existente, o anúncio de realização na zona, a prazo, de um evento de projeção internacional e os projetos em desenvolvimento pela Câmara Municipal de Loures abrem novas perspetivas para a solução deste problema, mas convocam também a administração central e os organismos por si tutelados a assumir com clareza o seu compromisso com a resolução deste problema e a concorrer com ações concretas para a sua solução.

A regeneração urbana e a requalificação ambiental da frente ribeirinha, a sua abertura à fruição pública, a preservação de habitats são condição indispensável para a fixação de novas e qualificadas atividades e ocupações, que há muito são anseio das populações de Loures, em especial das freguesias de Bobadela, São João da Talha e de Santa Iria de Azóia.

Assim, a Assembleia Municipal de Loures, reunida em 24 de outubro de 2019, delibera:

- Apelar à Câmara Municipal de Loures que prossiga e intensifique as diligências junto da administração central no sentido de obter um compromisso acerca de total e definitiva cessação da atividade logística nas plataformas da frente ribeirinha de Loures.
- Apelar ao Conselho Metropolitano e à CCDR Lisboa e Vale do Tejo, que no âmbito da definição das prioridades de investimento e financiamento no âmbito do novo quadro comunitário 20/30, priorizem as operações e projetos de requalificação de toda a orla estuarina do Tejo.

- Apelar ao Governo que tome como prioritárias as decisões e os investimentos que viabilizem a deslocação das atividades logísticas existentes.

A ser aprovada esta moção deve ser enviada a:

- Governo;
- Ministério do Ambiente;
- Câmara Municipal de Loures;
- União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela;
- Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Santa Iria de Azóia; São João da Talha e Bobadela;
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo;
- Conselho Metropolitano AML;
- Associação de Defesa do Património Ambiental e Cultural de Santa Iria de Azóia;
- Associação de Defesa do Ambiente de Loures.

Loures, 23 de outubro de 2019

Os Eleitos da CDU  
na Assembleia Municipal de Loures

**(Aprovada por unanimidade)**

## MOÇÃO

Moção apresentada pelo Grupo de Representantes da CDU - Coligação Democrática Unitária.

### **Pela requalificação infraestrutural e do serviço na linha da Azambuja**

As recentes e positivas alterações no sistema de passes sociais na Área Metropolitana de Lisboa e o objetivo que lhes esteve subjacente, a efetivação do direito à mobilidade, privilegiando o transporte público, como vetor central de uma estratégia de mobilidade sustentável, torna mais urgente uma política de investimento público na melhoria da oferta de transporte, na sua fiabilidade e regularidade.

A qualificação do serviço na linha da Azambuja é uma peça central na materialização dessa estratégia de mobilidade, pela valorização de uma infraestrutura existente. A degradação, quer do serviço, quer das estruturas, tem sido um óbice à atração de passageiros para o modo ferroviário.

A falta de articulação entre os modos rodoviário de passageiros e a as estações ferroviárias, mas também falta de regularidade no serviço e nos horários, cujos intervalos de 30 minutos durante a semana chegam aos 60 minutos nos fins de semana, a par também da falta de coordenação horária dentro da própria rede ferroviária entre os serviços urbanos da linha da Azambuja, da linha de Sintra e do serviço da Fertagus contribuem para que os utentes não encarem este serviço como uma alternativa funcional.

A falta de segurança, limpeza, conservação e manutenção, facilidade de estacionamento das estações e apeadeiros de Santa Iria de Azóia, Bobadela e Sacavém são igualmente fator dissuasor.

Consideramos ser urgente a rápida definição de ações que invertam, desde logo, a situação de degradação das estruturas de apoio aos passageiros, que assegurem a evolução das atuais estações para verdadeiros *interfaces* multimodais, com oferta dissuasora de estacionamento, assim como a alteração do nível de serviço prestado pela CP, de modo a fixar neste eixo ferroviário um serviço urbano, com melhores frequências horárias e mais eficiente articulação com a restante oferta ferroviária metropolitana.

A Assembleia Municipal de Loures, reunida em 24 de outubro de 2019, delibera:

- a) Solicitar à Câmara Municipal de Loures que intensifique a sua pressão junto do Governo e das Infraestruturas de Portugal para que esta assuma como prioritária a qualificação na linha da Azambuja e das suas estruturas de apoio e serviço aos utentes.
- b) Exigir à CP a melhoria da qualidade do serviço prestado, em especial frequência e fiabilidade horária, qualidade do material circulante e articulação com a oferta na restante rede ferroviária metropolitana.

A ser aprovada esta moção deve ser enviada a:

- Governo;
- Grupos Parlamentares da Assembleia da República;
- União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela;
- Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela;
- União das Freguesias de Sacavém e Prior Velho;
- Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Sacavém e Prior Velho;
- União das Freguesias de Moscavide e Portela;
- Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Moscavide e Portela;
- Conselho Metropolitano da AML;
- Infraestruturas de Portugal;
- Comboios de Portugal;
- Fertagus.

Loures, 23 de outubro de 2019

Os Eleitos da CDU  
na Assembleia Municipal de Loures

**(Aprovada por unanimidade)**

## REPRESENTAÇÃO MUNICIPAL

### XXIV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses

Eleição de Presidente de Junta de Freguesia, em representação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2 do artigo 6.º dos Estatutos da ANMP.

Foi, pelo Presidente eleito da Mesa da Assembleia Municipal, apresentada uma única lista, que recebeu a designação de “Lista Única”, composta por:

**Efetivo** - Presidente da Junta da União das Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal, João da Silva Florindo.

**Suplente** - Presidente da Junta de Freguesia de Fanhões, Jorge Manuel Duarte Simões.

*(Mediante escrutínio secreto foram eleitos, por 35 votos a favor e 6 votos em branco, o Presidente da Junta da União das Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal, João da Silva Florindo, como efetivo, e, por 34 votos a favor e 7 votos em branco o Presidente da Junta de Freguesia de Fanhões, Jorge Manuel Duarte Simões, como suplente)*

## PLANEAMENTO FINANCEIRO E APROVISIONAMENTO

### CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO

#### Processo de Registo n.º 540

Proposta de revogação da deliberação incidente sobre a Proposta n.º 466/2013, aprovada na 4.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 12 de setembro de 2013 [Publicitada em **LOURES MUNICIPAL**, Edição Especial n.º 6/2013, de 13 de setembro de 2013, pág.s 29 a32], e de autorização para constituição de direito de superfície sobre o lote de terreno para equipamento urbano com a área de 8.560 m<sup>2</sup>, sito na Rua Guerra Junqueiro e Praça Alexandre Herculano, Quinta da Caldeira, Unidade 8-A, em Santo António dos Cavaleiros, União das Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas, a favor da ABA - Associação Beneficente de Ajuda e da Igreja da Família Reviver, para a construção de um equipamento com as respostas sociais no âmbito do apoio à infância, juventude, população sénior, à família e comunidade bem como a construção de equipamento de culto.

(Deliberação, nos termos do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

#### PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

**n.º 553/2019**

[Aprovada na 47.ª Reunião Ordinária  
de Câmara Municipal,  
realizada em 9 de outubro de 2019]

Considerando que:

A. Por deliberação da Assembleia Municipal, que incidiu sobre a proposta n.º 466/2013 (aprovada na 15.ª Reunião Ordinária de Câmara, de 24/07/2013), tomada na sua 4.ª Sessão Ordinária, realizada em 12 de setembro de 2013, foi aprovada a constituição do direito de superfície, a favor da ABA - Associação Beneficente de Ajuda e da Igreja

Evangélica Assembleia de Deus de Santo António dos Cavaleiros/Igreja Reviver, sobre o lote de terreno para equipamento urbano com 8.560 m<sup>2</sup>, inscrito sob o artigo urbano 1565.º da freguesia de Santo António dos Cavaleiros e descrito na ficha predial n.º 4273 da freguesia de Loures;

- B. A outorga da escritura da cedência do lote de terreno para equipamento urbano não foi formalizada por não se encontrarem reunidas as condições previstas na deliberação citada no ponto anterior;
- C. A ABA - Associação Beneficente de Ajuda e a Igreja Família Reviver vêm requerer nova constituição do direito de superfície sobre a mesma parcela de terreno identificada em A, para a construção de um equipamento com as respostas sociais no âmbito do apoio à infância, juventude, população sénior, à família e comunidade bem como a construção de equipamento de culto;
- D. A ABA - Associação Beneficente de Ajuda pretende apresentar uma candidatura ao Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais 2.ª geração (PARES 2.0);
- E. A cedência em direito de superfície da parcela municipal acima identificada é imprescindível para o cumprimento das condições de acesso para apresentação da candidatura ao programa mencionado em D;
- F. Foi emitido parecer favorável pelo Departamento de Coesão Social e Habitação;
- G. A Direção da ABA - Associação Beneficente de Ajuda e da Igreja Família Reviver aceitaram as condições do contrato a celebrar com o Município de Loures, no entanto a formalização do ato fica condicionada ao cumprimento dos requisitos estatutários;
- H. Ao direito de superfície a constituir é atribuído o valor de 1.258.508,65 € (um milhão duzentos e cinquenta e oito mil quinhentos e oito euros e sessenta e cinco cêntimos).

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal para deliberação:

1. Revogar a proposta n.º 466/2013, aprovada na 15.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal, de 24/07/2013 e na 4.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, de 12 de setembro de 2013, que aprovou a constituição do direito de superfície, a favor da ABA - Associação Beneficente de Ajuda e da Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Santo António dos Cavaleiros, sobre o lote de terreno para equipamento urbano com 8.560 m<sup>2</sup>, situado na Rua Guerra Junqueiro e Praça Alexandre Herculano, Quinta da Caldeira, Unidade 8-A, em Santo António dos Cavaleiros, União das Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas, descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Loures sob a ficha n.º 4273 da freguesia de Loures e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 1565 da União das Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas para construção conjunta das valências de centro de dia, apoio domiciliário, creche e pré-escolar, cantina social, loja social e áreas de restauração com zona pública, casa mortuária multiconfessional, local de culto/auditório e centro de atividades, e áreas de escritórios e parte administrativa e espaços verdes com zona de lazer destinadas a crianças e idosos;
2. Autorizar a constituição do direito de superfície sobre o lote de terreno para equipamento urbano com a área de 8.560 m<sup>2</sup>, situado na Rua Guerra Junqueiro e Praça Alexandre Herculano, Quinta da Caldeira, Unidade 8-A, em Santo António dos Cavaleiros, União das Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas, descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Loures sob a ficha n.º 4273 da freguesia de Loures e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 1565 da União das Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas a favor da ABA - Associação Beneficente de Ajuda e da Igreja da Família Reviver, para a construção de um equipamento com as respostas sociais no âmbito do apoio à infância, juventude, população sénior, à família e comunidade bem como a construção de equipamento de culto.

Loures, 3 de outubro de 2019

O Presidente da Câmara

(a) *Bernardino Soares*

## **MINUTA DE CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE**

### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

Pelo presente contrato é constituído a favor da ABA - Associação Beneficente de Ajuda e da Igreja da Família Reviver (doravante designadas por ABA e Igreja Reviver) o direito de superfície sobre o lote de terreno para equipamento urbano com a área de 8.560 m<sup>2</sup>, situado na Rua Guerra Junqueiro e Praça Alexandre Herculano, Quinta da Caldeira, Unidade 8-A, em Santo António dos Cavaleiros, União das Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas, descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Loures sob a ficha n.º 4273 da freguesia de Loures e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 1565 da União das Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas, identificado na planta em anexo, que faz parte integrante deste contrato.

### **CLÁUSULA SEGUNDA**

O direito de superfície é constituído pelo prazo de 70 anos, prorrogável, por acordo das partes, e a título gratuito.

### **CLÁUSULA TERCEIRA**

O direito de superfície constituído destina-se à construção de equipamento para respostas sociais no âmbito do apoio à infância, juventude, população sénior, à família e comunidade bem como a construção de equipamento de culto.

### **CLÁUSULA QUARTA**

1. O Município de Loures tem o direito de, quando e pelos meios que entender convenientes, acompanhar e fiscalizar o exercício de todas as atividades direta ou indiretamente relacionadas com o âmbito do direito de superfície e solicitar informação escrita adequada do cumprimento das condições que resultam da constituição do direito de superfície.
2. A ABA e a Igreja Reviver devem informar o Município de Loures, por escrito, com caráter semestral, sobre a situação do procedimento tendente à implementação do equipamento assim como sobre a situação do imóvel transmitido, até que se verifique a conclusão da construção.



## CLÁUSULA QUINTA

Em caso de alienação, o Município de Loures goza do direito de preferência em primeiro lugar.

## CLÁUSULA SEXTA

O direito de superfície só poderá ser onerado pela ABA e pela Igreja Reviver para garantia do financiamento da construção do equipamento no prédio sobre o qual foi constituído, sob pena de extinção e reversão para o Município de Loures.

## CLÁUSULA SÉTIMA

Em qualquer caso, a ABA e a Igreja Reviver são as únicas entidades responsáveis pelo cumprimento das obrigações a que ficam adstritas, reservando-se o Município de Loures o direito de resolver o presente contrato em caso de incumprimento de alguma ou algumas daquelas obrigações, nos termos previstos na cláusula oitava.

## CLÁUSULA OITAVA

1. Ao Município de Loures é conferido o direito de resolver o contrato, em caso de incumprimento pela ABA e/ou pela Igreja Reviver dos deveres e obrigações que resultam da presente constituição do direito de superfície.
2. O direito de superfície extingue-se, ainda, ao abrigo do disposto no artigo 1536.º do Código Civil, com reversão do terreno para o Município de Loures:
  - a) se o imóvel for afeto a fim diverso do fixado no ato de constituição;
  - b) se, no prazo de dois anos a contar da data da decisão que autorizou a constituição do direito de superfície, não for iniciada a construção do edifício identificado na cláusula terceira;
  - c) se, no prazo de três (3) anos a contar da data da decisão que autorizou a constituição do direito de superfície, não se encontrar concluído o edifício identificado na cláusula terceira;
  - d) se houver paralisação da atividade da ABA e/ou da Igreja Reviver, sem motivo justificado, por período superior a 2 (dois) meses;
  - e) se for alienado o direito de superfície sem autorização expressa do Município de Loures;
  - f) se a ABA e/ou a Igreja Reviver deixarem de ter existência jurídica própria e autónoma;

- g) se a ABA e/ou a Igreja Reviver proporcionarem o uso privativo do local, total ou parcialmente, sem prévia autorização do Município de Loures;
- h) se, até que se verifique o cumprimento do objeto identificado na cláusula terceira, a ABA e a Igreja Reviver não informarem o Município de Loures, por escrito, com caráter semestral, sobre a situação do procedimento tendente à implantação do equipamento bem como sobre a situação do imóvel transmitido.

## CLÁUSULA NONA

Declarada a extinção do direito de superfície pelo Município de Loures, a mesma opera, sem dependência de qualquer outra formalidade e para todos os efeitos legais, incluindo para inscrição no registo predial, com a notificação das superficiárias.

## CLÁUSULA DÉCIMA

1. Expirado o prazo para que foi constituído, resolvido o contrato ou extinto o direito de superfície, por qualquer causa, o prédio e todas as obras existentes no terreno, as quais deverão estar em bom estado de conservação, integrarão o património municipal, sem qualquer indemnização para a ABA e para a Igreja Reviver, pelas benfeitorias realizadas.
2. O decurso do prazo pelo qual foi constituído ou a extinção do direito de superfície por qualquer outra razão implicam:
  - a) A entrega do local pela ABA e pela Igreja Reviver, no prazo de 60 (sessenta) dias, contado de qualquer dos factos determinantes da reversão;
  - b) Dentro do prazo fixado na alínea anterior, a reposição do prédio nas condições em que se encontrava à data da constituição do direito caso não se verifique a conclusão do edifício, sem qualquer indemnização para a ABA e para a Igreja Reviver pelos custos associados;
  - c) A tomada de posse do local pelo Município de Loures, caso não se verifique o cumprimento do prazo e condições de entrega.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

A presente constituição do direito de superfície rege-se pelo disposto na Lei n.º 31/2014, de 30 de maio e pelo Código Civil.

***(Aprovada por maioria, com a abstenção da  
Representante do BE - Bloco de Esquerda e os  
votos a favor dos demais Representantes)***

Às 00h02 foi, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, proposta e unanimemente aceite, a prossecução dos trabalhos da Sessão até às 01h00 do dia 25 de outubro de 2019.

- A. A Associação “O Saltarico” é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, e tem por objetivo a prossecução de atividades de âmbito educativo, social, cultural e recreativo destinando-se a todas as faixas etárias e que promovam a sua integração social e comunitária;
- B. A Associação “O Saltarico” tem a intenção de construir um equipamento que possibilite a implementação da resposta social de creche;
- C. A Associação “O Saltarico” demonstrou disponibilidade para aceitar o terreno municipal sito na Quinta do Infantado, freguesia de Loures, com condições adequadas à instalação de equipamento social, e manifestou interesse para a apresentação de uma candidatura ao Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais - 2.ª Geração, (PARES 2.0), destinado ao financiamento da construção do equipamento social, denominado Creche;
- D. A cedência da parcela de terreno acima mencionada à Associação “O Saltarico” é imprescindível para o cumprimento das condições de acesso para apresentação da candidatura PARES 2.0;



E. A parcela de terreno acima mencionada corresponde à parcela X1 do PR 3682/05, com a área de 2.443 m<sup>2</sup>, integrada no domínio público municipal com a 4.ª fase da Quinta do Infantado, através do Alvará de Licença de Loteamento n.º 16/79, de 24 de novembro de 1979, aditamento ao Alvará de Loteamento n.º 16/79, de 24 de novembro de 1979, emitido em 11 de setembro de 2003 e aditamento n.º 3 ao Alvará de Loteamento n.º 16/79, de 24 de novembro de 1979, de 14 de fevereiro de 2006, para equipamentos de utilização coletiva, pelo que se torna necessária a sua desafetação do domínio público municipal.

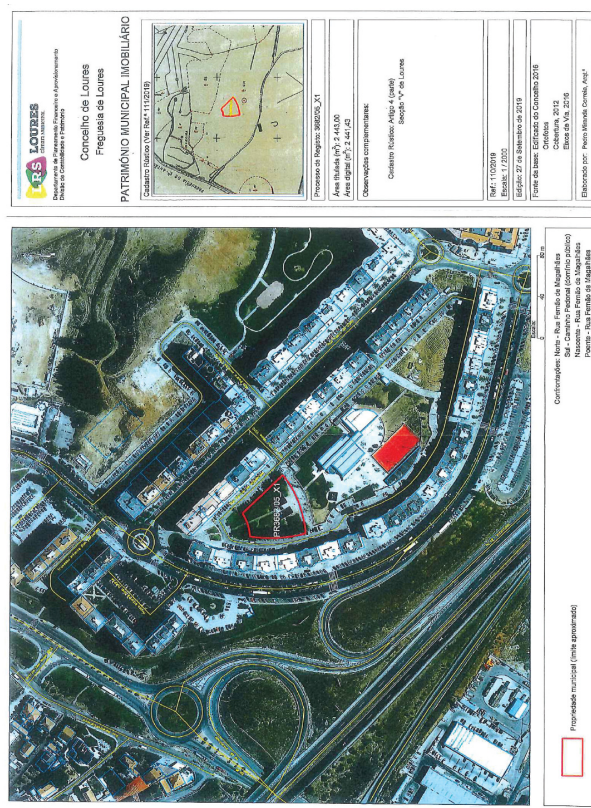
Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal para deliberação a desafetação do domínio público para o domínio privado municipal da parcela X1 do PR 3682/05, com a área de 2.443 m<sup>2</sup>, integrada no domínio público municipal com a 4.ª fase da Quinta do Infantado, através do Alvará de Licença de Loteamento n.º 16/79, de 24 de novembro de 1979, aditamento ao Alvará de Loteamento n.º 16/79, de 24 de novembro de 1979, emitido em 11 de setembro de 2003 e aditamento n.º 3 ao Alvará de Loteamento n.º 16/79, de 24 de novembro de 1979, de 14 de fevereiro de 2006, para equipamentos de utilização coletiva, situada na Rua Fernão de Magalhães, Infantado, Freguesia de Loures, descrita na 1.ª Conservatória do Registo Predial sob o número 3712 da freguesia de Loures e inscrita na matriz predial rústica sob o artigo 4 (parte) da Secção D da Freguesia de Loures.

Loures, 3 de outubro de 2019.

O Presidente da Câmara

(a) *Bernardino Soares*



**(Aprovada por maioria, com as abstenções do Grupo de Representantes do PPD/PSD - Partido Social Democrata, da Representante do BE - Bloco de Esquerda e do Representante do PAN - Pessoas-Animais-Natureza e os votos a favor dos demais Representantes, não tendo participado na votação a Representante Maria de Lurdes Mendes Ferreira Gonçalves)**

A Sessão terminou às 00h48 do dia 25 de outubro de 2019.